



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 4 N.7 Julho de 2015

CRISE DE REGULAÇÃO DO SISTEMA DE CRÉDITO E CRISE SISTÊMICA NO CAPITALISMO NEOLIBERAL

Pedro Henrique Carvalho Brandão
Sidney Barros Miranda

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

*Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará
Periodicidade Mensal – Volume 4 – N° 07 – Julho de 2015*

Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy

Vice Reitor: Horácio Shneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel

Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias

Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Luis Rivero

Editores

José Raimundo Barreto Trindade - Principal

Sérgio Luis Rivero

Conselho Editorial Provisório

Armando Souza

Marcelo Diniz

Ricardo Bruno

Francisco Costa

José Trindade

Danilo Fernandes

Gilberto Marques

Sérgio Rivero

Gisalda Filgueiras

Márcia Jucá Diniz

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail: jrtrindade@uol.com.br

Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>

Cadernos CEPEC ***Missão e Política Editorial***

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract, palavras-chaves e Classificação JEL (Journal of Economic Literature).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. UMA ABORDAGEM GERAL SOBRE A CRISE NO CAPITALISMO	7
3. SOBRE O CRÉDITO EM MARX E O PAPEL DO SISTEMA BANCÁRIO NA DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO	8
4. DA PROPAGAÇÃO DAS CRISES DO SISTEMA DE CRÉDITO ÀS CRISES GLOBAIS ..	13
4.1 – O Capital Fictício	14
4.2 – O Capital Fictício e a Crise Global do Capitalismo.....	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

CRISE DE REGULAÇÃO DO SISTEMA DE CRÉDITO E CRISE SISTÊMICA NO CAPITALISMO NEOLIBERAL

Pedro Henrique Carvalho Brandão¹
Sidney Barros Miranda²

RESUMO

A crise que se abateu sobre o capitalismo mundial em meados de 2007 e 2008 a partir do estouro da *bolha imobiliária* nos chamados mercados *subprime* norte-americanos se nos afigura enquanto um ponto de ruptura na dinâmica dos acontecimentos que marcavam o predomínio até então de uma determinada estrutura de poder de classe nos moldes do chamado ideário *neoliberal*. A supremacia da esfera financeira sobre os circuitos de geração de valor real na economia evidenciados nas últimas duas décadas é emblemático de uma nova lógica hegemônica no âmbito do capitalismo mundial, que se alinha com uma série de transformações delineadas sobretudo a partir da falência do chamado *Estado de Bem Estar Social* ainda na década de 70. O arcabouço teórico marxista compreendendo a mecânica do desenvolvimento dos modernos sistemas de crédito nos dá ferramentas teóricas que possibilitam a compreensão da crise enquanto um corolário subjacente à multiplicação dos circuitos de circulação monetário-financeira, cujas contradições que lhe são intrínsecas concorrem para o engendramento de crises como a atual, em que a deflação de ativos e a superprodução de mercadorias sem a devida capacidade de realização são apenas sintomas naturais de uma determinada etapa de expansão do capitalismo, mediada por processos históricos específicos.

Palavras Chave: Sistema de Crédito, capital fictício, crise, neoliberalismo;

ABSTRACT

The crisis who stroked over the world capitalism around 2007 and 2008 from the *immobiliary bubble meltdown* caused by the so-called *American subprime markets* appears to us as a break point in the happenings' dynamic who so far used to mark a predominance of a social class structure of power on the neoliberal's idea field molds. The financial sphere's supremacy over the real generation of value circuits in Economics evidenced in the past two decades is emblematic upon a new hegemonic logic on worldwide capitalism range, who is aligned with a series of transformations, outlined especially from the bankrupt of the so called Welfare State still in the 1970 decade. The Marxist theoretical framework give us tools to provide the understanding of the crisis by understanding the development mechanics of the modern credit systems as an underlying corollary to the multiplication of monetary and financial circulation circuits, which its intrinsic contradictions runs to the begetting of crisis like the actual ones, where the actives' deflation and the overproduction of goods without proper ability to realization are just natural symptoms of a of the capitalism's expansion particular step, mediated by a specific historic process.

Keywords: Credit systems, fictional capital, crisis, neo-liberalism

JEL: B51; G01.

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará.

²Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará.

1. INTRODUÇÃO

A crise que se abateu sobre o capitalismo mundial em meados de 2007 e 2008 a partir do estouro da *bolha imobiliária* nos chamados mercados *subprime* norte-americanos aparentemente se afigura enquanto um ponto de inflexão na dinâmica cíclica capitalista que marcava o predomínio até então de uma determinada estrutura de poder de classe nos moldes do chamado ideário *neoliberal* (HARVEY, 2011; DUMENÍL & LEVÍ, 2014).

O processo de paulatina financeirização da economia estadunidense, ancorado num espectro histórico mais amplo de desagregação das antigas “amarras” a obstarem o avanço em escala exponencial da acumulação, proporcionou as bases concretas para o desenvolvimento de uma densa rede de instituições financeiras a mediar os circuitos de valorização (agora em caráter global), cuja característica flagrante ao longo dos últimos 20 anos foi a de acelerarem a especulação no âmbito puramente financeiro, desconexo das fundamentais esferas de produção de mercadorias (BELLUZZO, 2013).

A criação e expansão massiva de produtos e inovações financeiras, tais como derivativos e securitização de dívidas³, por essa nova lógica de valorização encontra guarida na elaboração teórica de Marx, quando no livro III de *o Capital*, discorre sobre os movimentos dialéticos que permeiam a totalidade do amadurecimento do moderno sistema de crédito, mais especificamente quando ele adentra na discussão a respeito da emergência das formas “alocadas” do capital portador de juros, o chamado *capital fictício*.

O presente trabalho tem como escopo, mediante consulta da literatura primordialmente marxista na área, capturar possíveis elementos analíticos que nos permitam estabelecer nexos de compreensão entre as categorias desenvolvidas por Marx e o processo de irrupção da presente crise do capitalismo, que se manifestou primeiramente na esfera financeira e posteriormente se alastrou em escala mundial.

A abordagem que conduzirá a exposição deste trabalho é de caráter eminentemente teórico, todavia faremos menção em notas de rodapé de trabalhos empíricos relativos ao assunto, quando

³ A securitização é a negociação de títulos públicos em segunda mão (mercado secundário), sendo um processo antigo, como comprovam as atas compiladas por Marx (OCIII, 1987) da “Comissão Bancária” de 1857 da “Câmara dos Lordes” inglesa. A novidade é, sem dúvida, a envergadura que assume o processo atual. A explicação estaria na dimensão do circuito de acumulação capitalista que, como analisam não poucos estudiosos, torna-se global e, principalmente, é mais integrado internacionalmente dado às novas tecnologias e o grau de concorrência intercapitalista, conferir Trindade (2011), Harvey (2013), Belluzzo (2009).

se fizer necessário. Para fins de exposição, dividimos o trabalho nas seguintes seções, além desta introdução: a seção seguinte aborda aspectos gerais da teoria de crise no capitalismo; a terceira seção faz um esforço de síntese teórica da elaboração marxista sobre o papel do sistema de crédito e do moderno sistema bancário na dinâmica de acumulação em estágios avançados do capitalismo; a quarta seção busca estabelecer elementos de compreensão da crise atual do capitalismo; por fim as considerações finais.

2. UMA ABORDAGEM GERAL SOBRE A CRISE NO CAPITALISMO

A economia capitalista não se desenvolve enquanto um ciclo regular de ascensão gradual e constante, como lhe atribui às análises neoclássicas⁴. Os movimentos de ascensão, recessão, estagnação, estabilidade, etc., não são casuais, tendo padrões mais caóticos que propriamente regulares. Shaikh (1983, 2006) aponta para a condicionalidade entre reprodução e crise do sistema, de tal forma que o termo crise deve ser entendido como “um conjunto de falhas nas relações econômicas e políticas da reprodução capitalista” (SHAIKH, 2006, p. 311).

O entendimento expresso neste artigo é que a crise enquanto fenômeno analítico, por mais que assuma dimensões e características distintas, conforme o tempo e o espaço histórico do capital⁵, constitui entretanto *forma inerente de seu movimento, derivados de sua essência interna* (GONZÁLEZ, 1977, p. 211). Marx (1985) chama atenção para uma possível diferenciação entre “crises parciais” e “crises gerais”. As crises parciais são caracteristicamente cíclicas, irrompendo em espaços localizados ou rompendo as relações regulares de acumulação de capital setorialmente, logo, “constituem um traço regular da história do capitalismo” (SHAIKH, 1988, p. 85). As crises gerais são menos episódicas e refletem um “colapso generalizado” nas relações de reprodução capitalistas, são, portanto, fenômenos críticos, podendo evoluir desde crises parciais, somente localizadas, a depressões econômicas de grande impacto social e político.

Esta interpretação, não implica compreender o processo de crise como uma espécie de etapa construtiva do desenvolvimento capitalista e sim analisar o desenvolvimento capitalista

⁴ Para uma abordagem das diferentes escolas de pensamento econômico acerca da reprodução capitalista e do papel da crise no seu formato de desenvolvimento vale a leitura de Shaikh (1983) e Mattick (2010), entre outros.

⁵ Autores como Harvey (2013) e Jameson (2013) entendem que os fenômenos de crise e regulação capitalista são condicionais espaciais e temporais. Espaciais porque as crises podem ter manifestação local ou global a depender dos fatores determinantes da mesma e temporais em função de que os movimentos de reprodução do capital não se dão linearmente, além da presença do crédito enquanto fator de compressão “espaço-temporal”.

como resultante de um número variado de fatores críticos, em que a retomada do ciclo de acumulação pressupõe, a cada processo de crise geral, mecanismos novos de gestão da crise, inclusive requerendo, como demonstraram as décadas seguintes à crise de 30, grande intervenção do Estado, atuando sobre efeitos sociais deletérios e, principalmente, sobre a gestão monetária e creditícia.

Vale observar que o sistema de crédito constitui, ao mesmo tempo, fator de solução e agravante de processos de crise, sendo estas inicialmente parciais e que podem evoluir para crises gerais. O sistema de crédito é um dos principais componentes da dinâmica do modo de produção capitalista, aparecendo como um produto do esforço do capital para resolver suas contradições internas, mesmo que “todo fator que se opõe à repetição das velhas crises” traga “consigo o germe da crise futura muito mais violenta” (MARX, OCIII, 1987:562). Como veremos, o sistema de crédito carrega elementos de contradição extremamente importantes para o desenvolvimento contemporâneo do capitalismo.

3. SOBRE O CRÉDITO EM MARX E O PAPEL DO SISTEMA BANCÁRIO NA DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO

Se levarmos em conta a totalidade do movimento de expansão e reprodução do capital na elaboração teórica de Marx, veremos que o sistema de crédito emerge enquanto um momento específico do desenvolvimento capitalista, aonde os diferentes circuitos de intercâmbio de valor se aglutinam em um arranjo institucional dotado de plena capacidade de administração técnica das massas de capital monetário “sobrantes” do circuito reprodutivo, bem como da alocação de tais recursos para fins de utilização na forma de capital de empréstimo (TRINDADE, 2012, p.39; GERMER, 2010, p. 140).

Diferentes autores marxistas detalham a proeminência do papel do crédito no conjunto de determinações relativas ao amadurecimento das formas atuais de manifestação do capital⁶, todavia há um denominador comum metodológico referente à exposição do assunto: a abordagem inicial enfatizando a ascensão da forma dinheiro (equivalente geral) das mercadorias em circuito

⁶ Os estudos marxistas sobre crédito e teoria monetária apresentam grande avanço nas últimas décadas, podendo se citar De Brunhoff (1978, 1998); Foley (1996); Harvey (2013); Itoh e Lapavitsas (1998); Germer (1997, 1999); Trindade (2011, 2012). Entretanto, o trabalho de Hilferding (1910) intitulado “O Capital Financeiro” é um notável esforço teórico no campo marxista neste sentido, sendo pioneiro.

de reprodução simples expandindo-se em formas mais evoluídas até chegar no moderno sistema bancário, e é nessa senda que o presente trabalho almeja trilhar.⁷

Em *O Capital, Livro Primeiro*, Marx dá início à sua construção dialética do conjunto de categorias que em movimento contínuo perfazem a totalidade daquilo que ele considerou como “[...] a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (MARX, 2013, p. 79) e nesse sentido, com o passar do tempo a forma dinheiro emerge naturalmente da multiplicidade das diversas trocas de mercadorias (valores-de-uso) conquanto uma mercadoria singular (ouro) cujas características específicas lhe permitem ser aquela mercadoria diante da qual todas as demais expressam o seu valor de troca (tempo de trabalho socialmente necessário).⁸

Harvey (2013), nesse sentido enfatiza que:

(...) A proliferação da troca garante que uma mercadoria se torne o *equivalente universal*, a encarnação socialmente reconhecida do trabalho humano no abstrato. Essa mercadoria é chamada de *mercadoria-dinheiro*. Os valores relativos de todas as outras mercadorias podem então ser representados pelos *preços*, as taxas de acordo com as quais eles trocam essa mercadoria-dinheiro. (HARVEY, 2013, p. 324)

A forma-dinheiro, ou mercadoria dinheiro, pressupõe a circulação simples de mercadorias (M-D-M) aonde se explicita as relações mercantis mais básicas da troca de valores-de-uso distintos. Tal forma, segundo Marx, preenche duas funções bem delimitadas no processo de expansão das relações de troca, quais sejam: a de medida dos valores (enquanto equivalente universal) e a de meio de circulação (ao “lubrificar” as transações, eliminando as enormes dificuldades anteriores do chamado escambo) (MARX, 2013).

Segundo Marx, a forma dinheiro das mercadorias se autonomiza numa mercadoria específica, que como já vimos, é o ouro. O movimento ininterrupto das transações mercantis envolvendo o ouro, associado ao desenvolvimento do comércio e àquilo que Germer (2010, p. 130) denomina como *incoincidências dos ciclos produtivos individuais, resultante da diversidade das características técnicas dos diferentes processos de produção*, o que propicia as condições concretas de surgimento do chamado crédito comercial, correspondente aos mecanismos de diferimento de pagamento das transações (em contraste com os pagamentos à vista),

⁷ É necessário aqui enfatizar que o que se busca com tal recorte metodológico de exposição não é a justeza histórica exata em que se desenvolveram as categorias elencadas e sim uma forma adequada de dialeticamente, apresentar (conforme nossa interpretação) o entendimento de Marx quanto ao surgimento e importância do sistema de crédito.

⁸ “Alterações essenciais ocorrem na transição da forma I para a forma II, e da forma II para a forma III. Em contrapartida, a forma IV não se diferencia em nada da forma III, a não ser pelo fato de que agora, em vez do linho, é o ouro que possui a forma de equivalente universal. O ouro se torna, na forma IV, aquilo que o linho era na forma III: equivalente universal. O progresso consiste apenas em que agora, por meio do hábito social, a forma da permutabilidade direta e geral ou a forma de equivalente universal amalgamou-se definitivamente à forma natural específica da mercadoria ouro” (MARX, 2013, p. 145).

importantíssimo ao ajuste de liquidações intertemporais necessárias à equalização das diversas cadeias de produção e comercialização.

Ainda nesse aspecto, Trindade (2012) enfatiza que:

O crédito comercial se desenvolve no sistema mercantil simples, decorrente das relações entre credores e devedores que se firmam entre os produtores privados de mercadorias. A condição objetiva que possibilita esta inter-relação entre produtores são as condições técnicas e comerciais diferenciadas existentes no processo produtivo global da economia. (TRINDADE, 2012, p.39)

O crédito comercial traz ao centro da análise de Marx a função *meio de pagamento* do dinheiro, cuja característica principal é a inauguração da mecânica de pagamentos diferidos, ou a crédito, em que se estabelece a relação *credor x devedor*, aonde o primeiro “vende” as mercadorias ao segundo sob promessa de pagamento deste, promessa essa objetivada em títulos (“letras de câmbio”) que o segundo repassa àquele, com o intuito de resgatá-los em prazo previamente acordado mediante a liquidação monetária da compra propriamente dita.

Desta forma se originam os distintos “dinheiros de crédito”⁹, tais como notas bancárias, letras de câmbio, cheques, etc., que acabam por desempenhar nos diversos circuitos de comercialização (inclusive nas esferas de “compensação” e “atacadista”) as mesmas funções de meio de circulação e meio de pagamento, originariamente atribuídas ao dinheiro. (GERMER, 1994, p.184-185)

Portanto é nos chamados circuitos de valorização do chamado Capital de Comércio de Mercadorias que se pronunciam as primeiras “aparições” do crédito comercial. Nesse interim, vale ressaltar que o capital de comércio de mercadorias pode ser entendido como fazendo parte de uma estrutura hierárquica de determinados “momentos históricos” relativa ao amadurecimento da moderna formatação do sistema de crédito capitalista, sendo, portanto, uma “ramificação” do chamado Capital Comercial, que por seu turno representa um dos momentos dialéticos do movimento do ciclo do Capital Industrial (D-M (Mp ... Ft) -M' - D'). (MARX, 2008, p.421)

Nesse sentido, vale citar o próprio Marx:

O dinheiro efetua movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e, conforme podemos acrescentar agora, do capital comercial (pois este se incumbe de parte da circulação do capital industrial, parte que se torna operação própria e peculiar do capital comercial.). Esses movimentos - ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa, como operações peculiares, e nada mais faz além disso - transformam esse capital em capital financeiro. (MARX, 2008, p. 421, *grifos nossos.*)

Destarte, o crédito comercial se vincula intimamente ao capital de comércio de mercadorias,

⁹ Ressalte-se que nesse momento ainda não é inaugurada a categoria específica do juro, que emerge somente após o desenvolvimento das formas mais maduras do crédito bancário.

sendo este na verdade o eixo de articulação das estruturas de circulação monetária que viabilizam aquele. Paralelo ao capital de comércio de mercadorias ramifica-se do Capital Comercial o capital de comércio de dinheiro, fundamental para o entendimento das formas posteriores de evolução do sistema de crédito em etapas avançadas da acumulação.

No capítulo dezenove do livro terceiro de *O Capital*, intitulado “O Capital Financeiro”, Marx demonstra que as origens do chamado comércio de dinheiro estão associadas ao *tráfego internacional*, melhor explicado como as relações monetárias estabelecidas entre as diversas classes mercantis das nações (europeias principalmente) em função da necessidade de conversibilidade das diferentes moedas (primeiras operações de câmbio) (MARX, 2008, p.423).

Ora, o capital de comércio de dinheiro se insinua na dinâmica de expansão das relações capitalistas na medida em que a função meio de pagamento se alastra de tal maneira em tais relações de modo a permitir com que as grandes massas de capital-dinheiro percorram diferentes fluxos comerciais assumindo as mais diversas formas (como já visto anteriormente), o que concorre para o surgimento de uma série de necessidades operacionais altamente necessárias ao bom andamento deste conjunto cada vez mais integrado de relações (balanços de contas, compensações, pagamentos, recebimentos de dinheiros, cobranças, etc...).

Com isto, uma parte dos agentes capitalistas acaba por assumir essa prerrogativa de atuar exclusivamente no circuito operacional e administrativo dos diversos fluxos de capital dinheiro que são obviamente gerados na esfera da produção, mas que por necessidades óbvias de menores custos de circulação (sobretudo no que tange ao capital fixo, dada a enorme carga que representa para o capital), reclamam, com o passar do tempo, uma estrutura mais sofisticada de intermediação das intrincadas cadeias de relações intercapitalistas.

Dessa forma, percebe-se a gradual materialização de uma divisão social do trabalho no âmago das conexões tecidas entre as frações dominantes da burguesia ao longo da maturação do sistema capitalista, em que uma parte dos agentes se autonomiza em uma camada de operadores técnicos de administração e instrumentalização dos fluxos de capital-dinheiro irrigados pela subjacente circulação monetária (banqueiros), que por seu turno é naturalmente dependente da realização de valor (vendas) das mercadorias concretizadas no âmbito da circulação (comerciantes), tendo ambas como eixo central de sustentação a própria esfera de produção do valor no Capital Industrial, que é a condição *sine qua non* da acumulação. (MARX, 2008; GERMER, 2010; HARVEY, 2013)

Nesse ponto da argumentação, é válido enfatizar os vínculos entre o capital de comércio de dinheiro (que se relaciona com a forma pretérita do capital portador de juros) e as funções creditícias do sistema bancário. Uma das funções do sistema bancário que emerge a tiracolo de seu desenvolvimento é a de salvaguarda das reservas de capital monetário *latentes* que sobrepujam as necessidades imediatas de capital fixo e circulante a ativarem o processo de valorização dos distintos circuitos de capital produtivo.

Tais reservas, ao serem então "depositadas" nos bancos pelos capitalistas industriais e comerciais, inauguram na dialética de desenvolvimento (prenhe de contradições) do sistema de crédito capitalista um processo de centralização e concentração de uma miríade de capitais no conjunto de instituições financeiras constituintes deste sistema, cuja expertise está em ajustar as entradas (depósitos) e saídas (saques) das massas de capital monetário de modo a possibilitar a simultaneidade de segurança jurídica dos valores ali depositados bem como da oferta de uma massa de recursos temporariamente inativos a serem disponibilizados enquanto capital de empréstimo (GERMER, 2010).

Desta feita, a aglutinação das funções meramente operacionais desenvolvidas no âmbito da circulação monetária com as funções concernentes à administração e mobilização de frações temporariamente inativas de capitais precipitados da esfera comercial/industrial em capital de empréstimo (capital portador de juros) constitui o chamado capital bancário, que é a origem (embora não se confunda com ele) do crédito bancário.

E é justamente desta segunda função supracitada que se desenvolve o moderno sistema de crédito, que abarca tanto as funções típicas do capital de comércio de dinheiro quanto aquelas vinculadas ao sistema bancário (funções creditícias), e nesse ponto é mister destacar que este sistema não cria (em termos estritos) o capital monetário circulante na economia, tão somente o administra, vez que o único circuito efetivamente gerador de valor continua sendo o industrial.

Nesse sentido, Germer (2010) assinala que:

Das definições feitas até este momento, deduz-se que o sistema bancário compreende, sinteticamente, todas as empresas – bancos comerciais e demais intermediários financeiros - que realizam os dois grupos de atividades expostos, o comércio de dinheiro e o comércio de crédito. (GERMER, 2010, p. 147)

Por seu turno, Belluzzo (2013) é esclarecedor ao pontuar que:

No que diz respeito à acumulação e à reprodução do capital, essa concentração permite ao banco fazer antecipação de capital monetário para as unidades de produção de valor. Essa possibilidade de antecipar capital dá força redobrada ao processo de reprodução ampliada, à acumulação e seus efeitos decorrentes, como a concentração e a centralização dos capitais. As duas formas de crédito, o mercantil e o de capital,

vão ser concentradas no sistema bancário que se transforma no gestor dos fundos financeiros na economia capitalista constituída. (BELLUZZO, 2013, p. 90)

As citações corroboram o entendimento, em termos marxistas, da proeminência do sistema de crédito na trama do movimento de constituição e afirmação do capitalismo em escala ampliada, uma vez que permite potencializar a acumulação, ao antecipar aos capitalistas industriais e comerciais a compra de meios de produção e força de trabalho não obstante a não realização prévia de mais-valia, e ainda contribui, com o auxílio da concorrência, para a concentração e centralização de capital, alavancando o progresso tecnológico (MOLLO, 2011, p. 482).

Desta feita, o sistema bancário acaba por se constituir numa espécie de “sistema nervoso central” (TRINDADE, 2012, p. 53) do sistema de crédito, propiciando as condições concretas para que este último se afirme (nas fases avançadas do capitalismo) enquanto o componente estrutural - da totalidade do sistema - responsável por alocar as reservas ociosas de capital monetárias *latentes* dos diversos ciclos produtivos, contribuir para eliminar as barreiras à equalização da taxa de lucro (HARVEY, 2013, p. 357), minimizar os custos de circulação do capital fixo e possibilitar (com a intensificação das operações de intermediação financeira) o aparecimento das chamadas “formas alouçadas” do capital portador de juros, especificamente o *capital fictício*, cuja importância é crucial quanto à captura de possíveis elementos de compreensão das crises (como a atual).

4. DA PROPAGAÇÃO DAS CRISES DO SISTEMA DE CRÉDITO ÀS CRISES GLOBAIS

Vimos da seção anterior que o sistema de crédito emerge das reiteradas tentativas do capital em solucionar suas próprias contradições internas (como a necessidade de criar meios factíveis de acelerar o processo de circulação dos valores gerados na esfera da produção), e no percurso acaba por agudizar tais contradições em caráter global (vez que a característica de grande *elasticidade* do capital de crédito concorre para o desequilíbrio funcional entre os fluxos de riqueza financeira e as demandas do *setor real* da economia) (HARVEY, 2012, GERMER, 2010).¹⁰

¹⁰ Nesse sentido é lapidar o seguinte trecho (conquanto longo) extraído de Belluzzo (2013): “O capital a juros, como forma de existência do capital, realiza a necessidade de perpétua expansão e valorização do capital para além dos limites de seu processo mais geral e ‘elementar’ de circulação e reprodução. Para revolucionar periodicamente a base técnica, submeter massas crescentes de força de trabalho a seu domínio, criar novos mercados, o capital precisa existir permanentemente de forma ‘livre’ e líquida, e ao mesmo tempo, crescentemente centralizada. Apenas dessa

Nossa pretensão nesta seção é tentar estabelecer um *modus operandi* de exposição daquilo que entendemos ser fundamental para a compreensão do fenômeno atual da crise econômica global deflagrada em 2007-2008 no centro dinâmico do capitalismo mundial (Estados Unidos) que nos permita articular dois eixos metodológicos que a nosso ver se entrelaçam dialeticamente para tanto:

✓ O processo de irrupção de uma megaestrutura institucional de sistemas de crédito apoiada em uma enorme massa de capital fictício a permear as relações capitalistas na dinâmica recente de expansão do capital global, e que em momentos de crise sistêmica concorre para a desarticulação das cadeias globais de produção e distribuição econômicas em larga medida em função da retração da oferta de crédito.

✓ A proeminência de processos históricos concretos de rearranjo institucional das formas hegemônicas capitalistas – capital financeiro – de modo a estabelecer no cerne das relações sócio-políticas a emergência de novas estruturas (inclusive ideológicas) de poder de classe, o que no presente caso vem a ser conhecido como *neoliberalismo*.

Portanto este trabalho entende que a atual crise, embora se manifeste na esfera financeira, é resultado direto de tendências intrínsecas à dinâmica da acumulação do capital em escala global na sua totalidade, ou seja, que é uma crise de caráter estrutural, ou “[...] um processo que sucede os movimentos de acumulação, concentração e centralização que Marx já descrevia em economias locais e que agora tomam maior vulto global” (SAWAYA, 2009, p. 54).

4.1 – O Capital Fictício

Em relação ao protagonismo da categoria *capital fictício* enquanto dispositivo teórico fundamental de análise das formas atuais de manifestação contraditória da riqueza financeira, e que se justapõe ao conjunto de determinações da crise global do capital, é válido tecermos algumas considerações preliminares (que se conectam ao arcabouço teórico esboçado na seção anterior).

maneira pode fluir, sem obstáculos, para colher novas oportunidades de lucro e, concomitantemente, reforçar o poder do capital industrial e mercantil imobilizado nos circuitos prévios de acumulação. Daí as análises da concorrência, do crédito e, portanto, do processo de concentração e centralização do capital se constituírem na parte mais rica e substantiva da investigação marxista sobre a dinâmica do sistema capitalista e suas metamorfoses.” (BELLUZZO, 2013, p. 88)

Um aspecto fundamental da percepção de Marx a respeito dos desdobramentos funcionais da acumulação em etapas avançadas do sistema decorre da forma assumida por uma determinada categoria de títulos com o desenvolvimento do sistema de crédito, a saber, a de “formas alouçadas” do capital portador de juros¹¹, ou seja, o *capital fictício*, sendo este explicado como que por formas “virtuais” assumidas por determinada fração daquele mesmo capital portador de juros, que ao adentrarem no mercado de títulos e obrigações são inteiramente despendidos como capital, mas que, ao assumirem a forma “fetichizada” de papéis representativos de determinada obrigação financeira (inclusive a dívida pública) continuam a circular no mercado, proporcionando rendimentos a seus portadores (TRINDADE, 2011; LUPATINI, 2010).

Trocando em miúdos, na medida em que o sistema de crédito atinge patamares elevados de organização dos circuitos monetários e fortalece (por isso mesmo) o papel dos bancos na trama de relações intercapitalistas (MARX, 2008, p. 534-535), o chamado capital portador de juros adquire as condições concretas de metamorfosear-se em “formas insanas”, como o capital fictício, denominação dada por Marx aos títulos representativos de uma riqueza financeira virtual, não apoiada em transações reais de mercadorias, ou (pra utilizar uma expressão recorrente) de *ativos reais*.

Harvey (2006) nos fornece um exemplo relativamente prosaico no tocante à assunção dessa nova categoria:

Considere um caso de um produtor que recebe crédito em troca da garantia de uma mercadoria não vendida. O dinheiro equivalente à mercadoria é adquirido antes de uma venda real. Esse dinheiro pode então ser usado para adquirir novos meios de produção e força de trabalho. O empréstador, no entanto, detém uma folha de papel cujo valor é apoiado por uma mercadoria não vendida. Essa folha de papel pode ser caracterizada como *valor fictício*, que pode ser criado por qualquer tipo de crédito comercial. Se as folhas de papel (principalmente letras de câmbio) começam a circular como *dinheiro creditício*, então é valor fictício que está circulando. Assim, abre-se uma lacuna entre os dinheiros de crédito (que sempre têm um componente fictício, imaginário) e os dinheiros “reais” diretamente ligados a uma mercadoria-dinheiro. Se esse dinheiro creditício é emprestado como capital, ele se torna *capital fictício*. (HARVEY, 2006, p. 353-354).

Ainda segundo Harvey (2006, p.370): “a acumulação requer um fluxo livre, desregulamentado e contínuo de capital que rende juros. Esse fluxo tem de ser mantido diante da *superespeculação*, da distorção e de todas as outras “formas insanas” que o sistema de crédito inevitavelmente gera”. Quanto mais livre for o fluxo do capital, mais lucro haverá para aqueles que possuem o controle dos mercados financeiros, e mais alto se torna o risco de eclosão de uma crise financeira.

¹¹ Este trabalho partilha do entendimento de Mollo (2011) no que tange à clara diferenciação entre capital portador de juros e capital fictício, sendo o primeiro caracterizado enquanto capital que tem como valor-de-uso produzir (com o auxílio indispensável do trabalho) novos valores, e o segundo melhor caracterizado enquanto uma forma “[...] que não retorna à produção real para se valorizar” (MOLLO, 2011, p.484)

Para De Brunhoff (2010) a noção de “capital fictício”, empregada por Marx, designa os procedimentos pelos quais as rendas financeiras do capital-dinheiro se formam e se ampliam no “sistema de crédito”, independentemente de todo trabalho produtivo. Segundo ela:

[...] a taxa de juros, utilizada para capitalizar as rendas futuras esperadas de uma aplicação, não é mais considerada como uma parte do lucro capitalista. Isso suscita a ilusão de que o dinheiro, pelo único motivo de ser emprestado ou aplicado, pode produzir uma renda ele mesmo, enquanto que resulta somente de um dinheiro de propriedade sobre uma parte do lucro criado pelo sobre trabalho (DE BRUNHOFF, 2010, p.57)

A questão implícita na argumentação da autora em destaque é não somente demonstrar os mecanismos do sistema de crédito que condicionam a criação e expansão do capital fictício, mas também elucidar de que forma a totalidade deste processo ocorre independente do trabalho produtivo.

Semelhantemente, Chesnais (2010) dá uma noção clara de que o capital fictício concretiza a análise do fetichismo inerente ao capital portador de juro ou de aplicação financeira mais geral. Aquilo que parece, aos olhos do portador de títulos, ser para ele “capital”, “seu capital”, deve ser analisado como sendo uma pura ficção do ponto de vista do movimento do capital entendido como processo contínuo de valorização (CHESNAIS, 2010).

Segundo Chesnais (2010), os bancos, sob a forma de adiantamentos aos industriais, criam meios de financiamento que desempenham o papel de capital sem o ser. Trata-se então de uma forma fictícia de capital. Nesse sentido a forma fictícia do capital de origem bancária se nos afigura enquanto um poderoso vetor de possibilidades de explicação das crises financeiras.

Na raiz de tais crises se encontra então, a propensão do capital regido pelo movimento D-D’ em demandar à economia “mais do que ela pode”. Vistas dessa maneira, as crises são uma manifestação da exterioridade da finança em relação a produção (Chesnais, 2010). Do que foi dito, infere-se que a manutenção das estruturas financeiras a sustentar a reprodução em escala ampliada dos papéis representativos do capital fictício conforma-se numa estratégia deliberada de fortalecimento da nova hegemonia financeira desenhada na atual correlação de forças mundial:

[...] o caráter de capital fictício dos títulos, a promessa de renda sobre a produção em curso e futura que eles representam. Para isso há somente um método: fazer tudo para que os investidores permaneçam no mercado, que todos eles não se transformem em vendedores de seus títulos, que permaneça uma massa suficiente de investidores pronto para comprá-los. É aqui que intervém este elemento tão fortemente diferenciado de país a país, que é a capacidade de “curar o mal com o mal”, isto é, de injetar liquidez que ajudará a evitar a destruição do capital fictício e que pode se transformar em capital fictício adicional (Chesnais, 2010, p.175)

Ocorre que o capital fictício é um componente da dinâmica de maturação do moderno sistema de crédito (em que aflora o sistema bancário) que carrega consigo flagrantes contradições, pois contribui decisivamente no que tange à dinâmica da acumulação conquanto um dispositivo altamente

necessário à flexibilização da tensão existente entre a circulação do capital fixo e à natureza rígida deste, ao mesmo tempo em que representa um entrave, na medida em que contribui para a distensão do processo de acumulação em níveis que suplantam o limite suportável pela economia, e ainda pelo fato de que o emparelhamento entre a tendência de decrescimento da taxa de lucro (conforme a clássica lei de Marx) e de juros (inerente ao capital fictício) concorre para o estabelecimento de uma assimetria entre os níveis de capital fictício e a base metálica, o que tomado em termos globais, ocasiona uma situação de enorme instabilidade. (GERMER, 1994; GERMER, 2010; HARVEY, 2006).

Sawaya (2009) ressalta, corroborando o raciocínio anterior, que:

O prenúncio da crise ocorre quando o capital não encontra possibilidade de dar continuidade à valorização na esfera real produtiva, como resultado dessas contradições. Por isso cria mecanismos de valorização fictícia, construindo as bases para as crises financeiras como as que se observa hoje. Ao que tudo indica, a crise financeira é o resultado de o capital ter encontrado esses limites, limites à sua acumulação real, agora em escala mundial. (SAWAYA, 2009, p. 58, *grifos nossos*)

4.2 – O Capital fictício e a Crise Global do Capitalismo

Parece necessário estabelecer um nexos interpretativo entre as contradições que afloram da dinâmica de continuada valorização irreal do chamado capital fictício e os descaminhos da atual crise global detonada nos mercados financeiros por intermédio de uma *bolha* gerada pela expansão irracional da oferta de crédito no mercado imobiliário norte-americano, cujos efeitos imediatos foram a insolvência dos bancos estadunidenses e a iminência de colapso global, dados os incontáveis entrelaçamentos entre os circuitos de acumulação mundiais impulsionados pelo processo de globalização.

Aqui é mister retomar o plano expositivo delineado ao início desta seção, pois a compreensão da totalidade dos fenômenos que engendraram o aparecimento de uma miríade de produtos e inovações financeiras ao longo da primeira década dos anos 2000, mediadas por uma estrutura bancário-financeira notabilizada por um elevado grau de desregulamentação e liberdade de movimento aos circuitos de alavancagem e endividamento são, a nosso ver, ininteligíveis sem a reconstrução (ainda que resumida) dos processos históricos que marcaram a transformação do desenho da correlação de forças mundial no âmbito de desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra, particularmente nas décadas que se seguem aos chamados “anos dourados” (1947-1973).

Fato é que, desde a crise do capital desencadeada na década de 70, à qual Belluzzo e

Tavares (2004) denominam “ruptura sistêmica” os mercados financeiros vêm exercendo enorme influência na condução da política macroeconômica mundial de modo a alterar substantivamente a composição da riqueza social entre os diversos países e acelerar a expansão desenfreada do processo de acumulação de ativos financeiros, enquanto alternativas extremamente sedutoras no que tange à valorização do enorme volume líquido de capital disponível à época, o que acabou por acentuar ainda mais a assimetria econômica e social entre os países e entre as classes sociais dentro dos mesmos (BELLUZZO & TAVARES, 2004).

É nesse contexto de redefinição dos parâmetros globais da dinâmica de acumulação do capital que emerge e triunfa o chamado *neoliberalismo*, contraponto ideológico fundamental ao *Estado de Bem Estar Social* vigente desde o fim da Segunda Guerra e adotado pelos países do então bloco capitalista e pautado pelas noções *keynesianas* de intervenção estatal direta na economia, garantindo um ambiente favorável às expectativas dos agentes de modo a garantir o investimento, e com ele, o emprego e a renda.

O neoliberalismo se consolida ao longo das duas décadas seguintes (80 e 90) como uma estratégia deliberada de recuperação dos altíssimos níveis de renda por parte das classes dominantes, com o maciço apoio de chefes de Estado imbuídos de um pensamento conservador devidamente legitimado pela nova onda de ortodoxia no campo das ideias econômicas. (DUMÉNIL & LEVÍ, 2014; HARVEY; 2011)¹².

Belluzzo (2013) faz uma síntese bastante precisa dos principais acontecimentos que marcaram o processo de reafirmação de uma nova hegemonia financeira, aonde sinaliza como marco histórico inicial a falência do padrão de conversibilidade do dólar delineado em Bretton Woods e que acabou por proporcionar as condições para o grande e duradouro déficit comercial desse país, que se alinha intimamente com a reconfiguração da Divisão Internacional do Trabalho, com a elevação unilateral da taxa de juros pelo FED em 1979, com o aprofundamento da precarização das condições de trabalho nos países periféricos (aliada ao chamado desemprego tecnológico), com a liberalização dos mercados e com a desregulamentação financeira, cerceada por movimentos claros de beneplácito estatal à ampliação do crédito com o fim de eliminar o vácuo existente o aumento de produtividade (em função das novas políticas) e o reduzido poder de compra das classes trabalhadoras (BELLUZZO, 2013, p. 126-135).

¹² Para um tratamento mais empírico do assunto, com dados atuais ilustrando o comportamento de variáveis diretamente ligadas ao processo de concentração de renda no período em que se intensificaram as *políticas neoliberais* ver o trabalho de Dumeníl & Leví (2014).

O contínuo e acelerado processo de endividamento das famílias e das empresas agudiza-se, na passagem do milênio, com a expansão de inovações financeiras, tais como os derivativos e as securitizações de dívidas, que se alastrou para o mercado imobiliário norte-americano e estabeleceu as bases para o estouro da crise do *subprime*, caracterizada fundamentalmente por uma súbita desvalorização em cadeia de uma série de papéis representativos de riqueza ilusória, na forma de títulos de dívidas hipotecárias (cujos mutuários eram isentos de análise prévia de risco na hora de tomar o empréstimo) que circulavam livremente entre uma complexa rede financeira como capital fictício para aquisição de uma gama de bens (por terem seu valor supostamente garantido por empresas securitizadoras)¹³.

Autores como Bresser-Pereira (2010) tem a mesma análise quanto as causas da eclosão da crise de 2008. Segundo ele, a desregulação dos mercados financeiros tornou o mesmo sobremodo vulnerável aos ataques de especulações, e com isso, fez com que a crise fosse considerada por muitos analistas a maior desde a quebra da bolsa de valores dos EUA em 1929. A crise bancária que teve início em 2007 e tornou-se uma crise global em 2008 provavelmente representará uma virada na história do capitalismo:

[...] um dos principais motivos que provocou a crise de 2008 foi a desregulação dos mercados financeiros permitindo uma especulação selvagem. Uma explicação alternativa sustenta que a política monetária do US Federal Reserve Bank depois de 2001/2002 manteve as taxas de juros baixas demais por tempo demais, o que teria levado ao grande aumento da oferta de crédito necessário para produzir os elevados níveis de alavancagem associados à crise (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Para Nakatani & Herrera (2008) a crise de 2008 não passou de um reflexo ampliado das demais crises do pós-guerra, e a história comprova isso, sendo que os efeitos de 2008 foram maiores que as crises passadas. Segundo eles, o ambiente estava sendo construído e se tornando propício para uma crise a nível global, caso ela estourasse nos EUA, centro do capitalismo mundial, potencializada pela gigantesca financeirização da economia. O ponto crucial da análise de Nakatani & Herrera (2008) é a acumulação do capital-dinheiro ao invés do capital-mercadoria, tornando a economia vulnerável com a presença do capital fictício. (NAKATANI & HERRERA, 2008)

Em termos marxistas, podemos dizer que o que se processou ao longo das últimas décadas e se intensificou nos últimos anos foi a disjunção entre os circuitos de circulação e de produção de capital na dinâmica da acumulação, tendo como epicentro os Estados Unidos.

A enorme liberdade dada aos sistemas financeiros patenteou-se em uma espiral de

¹³ Um estudo detalhado da mecânica da crise subprime nos Estados Unidos pode ser lido em Carvalho (2009).

valorização de ativos financeiros (capital fictício) em detrimento da esfera de real valorização do capital, a saber, a de produção de mercadorias, o que está intimamente associado à explosão do endividamento das famílias, incentivado pela necessidade de ampliação dos mercados de consumo que absorvesse os enormes fluxos de produtividade oriundos em larga medida pelos sistemas de altíssima extração de mais-valor relativo articulados pelos países asiáticos e da América Latina, como consequência da nova Divisão Internacional do Trabalho vigente.

Vimos do que foi exposto anteriormente que o capital fictício é expressão direta do desenvolvimento do sistema de crédito, e que ele acaba por se desdobrar num amálgama de contradições inerentemente vinculadas ao ritmo com que se processam as relações entre os diversos circuitos de expansão do valor no capitalismo.

Uma das contradições é justamente essa discrepância entre a riqueza financeira e a riqueza real que se patenteia na atual crise, fato que alguns autores denominam como sendo um “descolamento” entre essas duas categorias de ativos¹⁴.

Mollo (2011), por exemplo, defende essa ideia com base em dados extraídos do BIS que mostram que:

Apenas para se ter ideia da proporção do mencionado descolamento, se tomarmos apenas o estoque de derivativos que, como o nome explicita, trata-se de um papel derivado de papéis, ou seja, sem sombra de dívida, capital fictício, vemos que o caminho para a crise estava bem aberto dois anos antes dela. Os derivativos negociados nos mercados de balcão (...) comparados com a produção mundial conforme o FMI, os primeiros tinham um valor nominal de US\$ 414,8 trilhões contra uma produção mundial de US\$ 48,1 trilhões em 2006 (8,6 vezes menor) e em 2007 de US\$ 595,3 trilhões contra uma produção real de US\$ 55 trilhões (10,8 vezes menor) (MOLLO, 2011, p. 490).

Harvey (2011) ilustra a explosão da dívida estadunidense, justamente no período em que se intensificam as práticas neoliberais de desregulamentação financeira e fortalecimento das operações de expansão da oferta de novos produtos financeiros, grande parte puro capital fictício, com dados que mostram que o volume da dívida de crédito (como proporção do PIB) avança de níveis abaixo dos 150% nos “anos dourados” do *pós-guerra* para 335% em 2006 (HARVEY, 2011, p. 23).

Ocorre que a dinâmica de acumulação processada em etapas avançadas do capital agudiza as contradições que lhe são imanentes, e a forma como se deu a atual crise evidencia esse fato, pois a necessidade de valorização continuada dos circuitos de produção real de mercadorias através da realização (venda) das mesmas criou a necessidade de multiplicação de inovações financeiras altamente arriscadas que ao mesmo tempo proporcionassem margens de crédito

¹⁴ Para uma análise que se contrapõe à tal ideia do “descolamento”, ver o capítulo 3 da obra de Belluzzo (2013).

suficientes à absorção dos novos fluxos de valores-de-uso e também permitissem que a nova hegemonia rentista de banqueiros e grandes investidores (*fundos de hedge*, fundos de pensão, etc.) auferissem cada vez mais rendimentos na forma de altíssimas taxas de lucro. Tudo isto é naturalmente mediado pelo avanço tecnológico, que permite que negociações em bolsa, por exemplo, sejam efetuadas em ambientes virtuais, ou seja, a gama de transações é acelerada pelo espetacular desenvolvimento das comunicações. Todavia essa mesma elevação irracional de relações puramente especulativas na esfera financeira (mercados secundários, de balcão, etc.) acabou por alavancar de maneira exponencial a gestação de uma massa enorme de riqueza fictícia, sem o devido retorno ao processo real de criação de valor, o que nos Estados Unidos se deflagrou a partir do mercado imobiliário (MOLLO, 2011).

Daí o que se segue é uma incrível deflação de ativos, e dado o caráter profundamente integrado da cadeia de credores x devedores que se estabelecem (tendo numa ponta um simples consumidor com um título de hipoteca na mão em busca de empréstimo e na outra os megabancos de investimento) a crise se manifesta em seu caráter mais típico: superprodução de mercadorias sem a sua devida contraparte na geração de valor (realização) e uma espiral de iliquidez e insolvência no sistema bancário, o que inevitavelmente leva a medidas de retração da oferta de crédito, desequilíbrio nas cadeias locais e globais de produção, desinvestimentos, desemprego e agravamento das tensões sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, pudemos ver que os descaminhos trilhados pelo desenvolvimento do capitalismo mundial ao longo das últimas décadas atestaram seu caráter anárquico e irracional, corroborando peremptoriamente as análises feitas por Marx ainda no século XIX e retomadas pelos estudiosos que abraçaram a árdua tarefa de darem continuidade às ideias do grande pensador alemão (alguns dos quais fizemos referência aqui).

O desenvolvimento dos modernos sistemas de créditos - partindo da função de meio de pagamento do dinheiro até as formas atuais assumidas pelos sistemas bancários - conforme vastamente aventado na literatura marxista, é imanente ao movimento dialético de constante integração entre a multiplicidade dos circuitos de intercambio de valor sob a égide da busca do excedente.

Nesse aspecto, o capital fictício se apresenta enquanto corolário necessário do capital portador de juros e é ao mesmo tempo funcional e entrave à dinâmica de geração de mais-valor, pelos motivos expostos no trabalho.

Outrossim, o redesenho da correlação de forças global sob os auspícios da nova ordem neoliberal que teve como ponto de partida a crise do modelo intervencionista então vigente no pós-guerra, recolocou em bases firmes a supremacia das classes dominantes em um processo que conjugou a precarização das relações de trabalho e a liberalização dos mercados, com notável ênfase dos Estados Unidos na condução dessa nova hegemonia, agora marcadamente financeira.

A desregulamentação financeira levada a cabo na década de 90 e 2000 criou as condições concretas para o agravamento das contradições intrínsecas ao sistema capitalista, agora mais do que nunca integrado globalmente, dado que impulsionou vertiginosamente os fluxos de capital fictício desconexos dos circuitos de produção real de valor, por intermédio da criação de uma gama de novos produtos financeiros na esteira da ampliação desmedida da oferta de crédito bancário.

Destarte, nosso entendimento é que a crise detonada com o estouro da bolha imobiliária nos mercados *subprime* norte-americanos e posteriormente irradiada para todo o globo (com seu vasto repertório de consequências dramáticas para a sociedade) foi tão somente o estopim de um agravamento de determinações imanentes à dinâmica global de acumulação maturado desde o século passado, em que se justapõem a agudização das contradições concernentes ao sistema de crédito (tendo como figura central de explicação de tais contradições a categoria capital fictício) conquanto componente estrutural decisivo desta dinâmica e uma série de processos históricos concretos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLUZZO, Luiz G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: UNESP, 2013.
- _____. Os antecedentes da tormenta: origens da crise global. São Paulo: Unesp, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n.86, Março 2010: p. 51-72.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga.; TAVARES, Maria da Conceição. **A mundialização do capital e a expansão do poder americano**, in: *O poder americano*, FIORI, J.L. (org.). Rio de Janeiro: Vozes, 2004
- CARVALHO, David F. **A crise financeira dos EUA e suas prováveis repercussões na economia global e na América Latina: uma abordagem pós-minskyana**. *Artigo aceito para apresentação no III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, de 11 a 13 de agosto de 2010*.
- CHESNAIS, François. **A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital**, in: *A Finança Capitalista*, CHESNAIS, F. (org.). São Paulo: Alameda, 2010; p. 95 -182
- DE BRUNHOFF, S. et al. **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010. 348 p.
- _____. A moeda em Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. Money, Interest, and Finance in Marx’s Capital. In: BELLOFIORE, Riccardo. *Marxian Economics: a reappraisal essays on Volume III of Capital*. New York: Macmillan Press Ltd, 1998.
- DUMÉNIL, G. LÉVY, D. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014. 358p.
- FOLEY, D. *Understing Capital: Marx’s Economic Theory*. London: Harvard university pree, 1996.
- GERMER, Claus Magno. **O sistema de crédito e o capital fictício em Marx**. Ensaio FEE, Porto Alegre, 1994: p. 179-201.
- _____. C.M. Credit money and the functions of money in capitalism. *International Journal of Political Economy*, v. 27, no 1, Spring 1997, pp. 43-72.
- _____. C. M. Elementos para uma crítica marxista do conceito de padrão-ouro. In: *Estudos Econômicos*, Vol. 29, n. 4, 1999, p. 575-600.
- _____. **O Capital Bancário e a Relação Indústria-Bancos na Teoria de Marx**. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 28, n. 53, Março 2010: p. 129-158
- GONZÁLEZ, H . P. *Economia Política do Capitalismo*. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. 567 p.
- _____. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. 224 p.
- HILFERDIG, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- ITOH, M. & LAPAVITSAS, C. *Political Economy of Money and Finance*, 1997 (mim.).
- JAMESON, F. *Representar el Capital*. Buenos Aires: FCE, 2013.
- LUPATINI, M. *Crise do Capital e Dívida Pública*. In: SALVADOR, E. Et al. (orgs.). *Financeirização, fundo public e política social*
- MARX, Karl. **O Capital, livro I – o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. 856 p.
- _____. **O Capital, livro III – O processo global de produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 350 p.

- MATTICK, P. Marx e Keynes: os limites da economia mista. Lisboa: Antígona, 2010.
- MOLLO, M. L. R. **Capital fictício, autonomia produção-circulação e crises: precedentes teóricos para o entendimento da crise atual.** Revista Economia, Brasília, v. 12, n. 03, Set/Dez 2011: p.475-496
- NAKATANI, P. HERRERA, R. **Crise Financeira ou...de superprodução?.** *Versão modificada e atualizada do artigo “Crise financière ou crise de surproduction? Éléments pour une critique marxiste des mesures anti-crise”, elaborado para publicação na revista La Pensée.* Disponível em: http://resistir.info/crise/crise_remy_paulo.html.
- SAWAYA, Rubens R. **Crise: um problema conjuntural ou da lógica da acumulação mundial?** Estudos Avançados 23 (66), 2009: p. 53-69
- SHAIKH, A. Crises Econômicas. In: BOTTOMORE, T. (editor). Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- _____. Uma introdução à história das teorias de crise. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1983: p. 5-45.
- _____. Valor, Acumulacion y Crisis. Buenos Aires: RyR, 2006.
- TRINDADE, J. R. B. **Sistema de crédito e oferta global de capital de empréstimo.** Revista SEP, São Paulo, n. 32, Junho 2012: p. 37-67.
- _____. A dívida pública como componente estrutural do sistema de crédito. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v 13, n 1, junho 2011: P. 94-125.

Recebido para publicação em Novembro de 2014.

Aceito para publicação em Abril de 2015.